

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA DA
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**, sociedade por ações de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “**EMISSIONORA**”); e
- (b) **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 2439 – 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “**AGENTE FIDUCIÁRIO**”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas séries, da Espécie sem Garantia nem Preferência da COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG (doravante denominada “**ESCRITURA**”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A presente ESCRITURA é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária (“**AGE**”) dos acionistas da EMISSIONORA realizada em 14 de setembro de 2001.
- 1.2. A EMISSIONORA, através da AGE, delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LEI 6.404/76**”).

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures da presente emissão (as “**DEBÊNTURES**”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da AGE referida no item 1.1 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 2658651, em 02 de outubro de 2001 e será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no jornal “Hoje em Dia” e no jornal “O Estado de São Paulo”.

2.2. Registro da ESCRITURA

A presente ESCRITURA será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da LEI 6.404/76.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta emissão pública das DEBÊNTURES será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada “**CVM**”) na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76, 6.404 de 15/12/76, 9.457 de 5/5/97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto: (i) construir e explorar sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial, construindo e operando, entre outros, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (iii) a prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) a exercer atividades direta ou reflexamente relacionadas ao seu objeto social; (v) a promover a perenização de cursos d'água que constituem as bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, nas quais tenha ou venha a ter aproveitamentos hidrelétricos; e (vi) a criação de sociedades controladas e coligadas que tenham aquela finalidade, nos termos das Leis Estaduais nº 828, de 14 de dezembro de 1951, nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, e nº 12.653, de 23 de outubro de 1997.

3.2. Número da Emissão e Divisão em Séries

A presente ESCRITURA constitui a 1ª emissão de debêntures da EMISSORA, dividida em duas séries.

3.3. Montante da Emissão

O montante da presente emissão é de R\$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais), em 2 (duas) séries, na DATA DE EMISSÃO, sendo R\$ 312.500.000,00 (trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais) relativos à 1ª série, e R\$ 312.500.000,00 (trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais) relativos à 2ª série.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da emissão das DEBÊNTURES serão destinados ao financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive para implementação de projetos envolvendo parcerias com empresas do setor privado, conforme o Programa de Obras de Geração e Transmissão da EMISSORA nos anos de 2001 e 2002.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

As DEBÊNTURES serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, atendida a ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos bancos coordenadores desta emissão que desejarem efetuar investimentos nas DEBÊNTURES. Não haverá preferência para a subscrição das DEBÊNTURES pelos atuais acionistas da EMISSORA.

A colocação pública das DEBÊNTURES somente terá início após a expedição dos registros de emissão de cada série pela CVM e da segunda publicação dos anúncios de início de distribuição. A colocação das DEBÊNTURES da 2ª Série terá início somente após a colocação integral das DEBÊNTURES da 1ª Série.

As DEBÊNTURES que não forem colocadas pelas instituições financeiras contratadas pela EMISSORA deverão ser obrigatoriamente canceladas através de deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA.

3.6. Registro da Negociação

As DEBÊNTURES terão registro para negociação junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures (doravante denominado "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e ao (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA (doravante denominado "BOVESPA FIX"), controlado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada "CBLC").



3.7. Certificados de Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das DEBÊNTURES será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das DEBÊNTURES e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (doravante denominada “BANCO MANDATÁRIO” e/ou “BANCO ESCRITURADOR”). Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos da CETIP acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND. Para as DEBÊNTURES depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do debenturista.

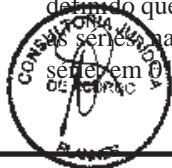
CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais), na DATA DE EMISSÃO.
- 4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das DEBÊNTURES será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na DATA DE EMISSÃO.
- 4.1.3. Número de Séries: A emissão será realizada em duas séries, cada uma de R\$ 312.500.000,00 (trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais).
- 4.1.4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) DEBÊNTURES, sendo 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) DEBÊNTURES da 1ª série e 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) DEBÊNTURES da 2ª série.
- 4.1.5. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da emissão será 01 de novembro de 2001 (a “DATA DE EMISSÃO”).
- 4.1.6. Prazo de Vencimento: O prazo de vencimento das DEBÊNTURES da 1ª série será de 8 (oito) anos contados a partir da DATA DE EMISSÃO, vencendo-se, portanto, em 01.11.2009 (a “DATA DE VENCIMENTO DA 1ª SÉRIE”), e o prazo de vencimento das DEBÊNTURES da 2ª série será de 10 (dez) anos contados a partir da DATA DE EMISSÃO, vencendo-se, portanto, em 01.11.2011 (a “DATA DE VENCIMENTO DA 2ª SÉRIE”). Por ocasião de cada data de vencimento a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das DEBÊNTURES da respectiva série que ainda estejam em circulação, pelo valor nominal atualizado, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios.
- 4.1.7. Forma: As DEBÊNTURES serão da forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, conforme disposto no item 3.7 da Cláusula III.
- 4.1.8. Classe: As DEBÊNTURES serão da classe simples, ou seja, não serão conversíveis em ações.
- 4.1.9. Espécie: As DEBÊNTURES serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).
- 4.1.10. Mecanismo Alternativo de Pagamento: Na hipótese de não pagamento pela EMISSORA de qualquer valor devido com relação às DEBÊNTURES ou nos termos desta ESCRITURA nas respectivas datas de vencimento, as DEBÊNTURES terão PODER LIBERATÓRIO, e serão obrigatoriamente aceitas pela EMISSORA em dação em pagamento pelos debenturistas de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela EMISSORA, nos termos da Cláusula VI - Mecanismo Alternativo de Pagamento – PODER LIBERATÓRIO.

4.2. Períodos de Vigência de Remuneração/Repactuação

Para os efeitos desta ESCRITURA e da presente emissão, define-se como “Períodos de Vigência da Remuneração” o intervalo de tempo em que permanecem constantes as condições de atualização do valor nominal e os juros remuneratórios das DEBÊNTURES, definidos nos itens 4.3. e 4.4. adiante. Fica desde já definido que o “Primeiro Período de Vigência da Remuneração” das DEBÊNTURES terá início, para ambas as séries, na DATA DE EMISSÃO, e vencimento, para a 1ª série, em 01 de novembro de 2005, e, para a 2ª série, em 01 de novembro de 2006.



Caberá ao Conselho de Administração da EMISSORA deliberar sobre as condições de repactuação das DEBÊNTURES que vigorarão durante o(s) subseqüente(s) “Período(s) de Vigência da Remuneração”. As deliberações da EMISSORA sobre as condições de repactuação das DEBÊNTURES serão comunicadas pela EMISSORA por intermédio de publicação, conforme item 4.10 abaixo, até 15 (quinze) dias úteis antes do encerramento de cada “Período de Vigência da Remuneração”, informando:

- a) o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) as condições da remuneração e atualização monetária, se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração; e
- c) as datas de vencimento de juros.

Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela EMISSORA para o próximo “período de vigência da remuneração” ou caso tais condições não sejam publicadas pela EMISSORA, os debenturistas poderão, entre o 15º e o 5º dias úteis (inclusive) anteriores à data de repactuação, manifestar, através de informação ao respectivo sistema de custódia onde estiverem vinculados, sua opção de exercer o direito de venda de suas DEBÊNTURES à EMISSORA, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das DEBÊNTURES na hipótese de não publicação das condições de repactuação a que se refere este parágrafo, conforme subitem e) do item 5.2 abaixo.

A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das DEBÊNTURES, nas datas de encerramento de cada “período de vigência da remuneração”, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela EMISSORA, para o período subseqüente. As DEBÊNTURES serão adquiridas pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

As DEBÊNTURES eventualmente adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas no mercado.

Remuneração:

As DEBÊNTURES farão jus à seguinte remuneração:

4.3. Atualização do Valor Nominal

Durante o “Primeiro Período de Vigência de Remuneração” de ambas as séries das DEBÊNTURES, já definido no item 4.2, o valor nominal das DEBÊNTURES será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (“IGPM”), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, a partir da DATA DE EMISSÃO, calculada de forma *pro rata temporis*, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.

O valor nominal das DEBÊNTURES será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde,

VNa é o valor nominal unitário atualizado;

VNe é o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, se for o caso;

NI₀ é o valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ é o valor do número-índice do IGPM do mês de início de atualização;

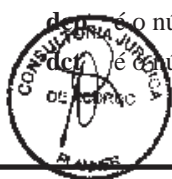
NI₂ é o valor do número-índice do IGPM do mês subseqüente ao mês de início de atualização;

NI_n é o valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{n-1} é o valor do número-índice do IGPM do mês anterior ao mês “n”;

dcp₁ é o número de dias corridos da última data-base até a data de atualização;

dct₁ é o número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base.



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O IGPM deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à ESCRITURA ou qualquer outra formalidade.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGPM, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da Data de Extinção do Índice (conforme abaixo definido), realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA. Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia. Entende-se por “Data de Extinção do Índice” (i) a data em que extinção do IGPM for oficialmente anunciada pela Fundação Getúlio Vargas ou (ii) caso não haja anúncio oficial, a data em que se completa dois meses sem que o IGPM seja divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Sujeito ao disposto no parágrafo anterior, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação do IGPM, será aplicado o último IGPM disponível, calculado *pro rata temporis* por dias corridos até o efetivo pagamento, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGPM que seria aplicável.

Em qualquer hipótese mencionada neste item 4.3, caso a nova remuneração das DEBÊNTURES não seja aprovada pelos debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, as DEBÊNTURES deverão ser resgatadas pela EMISSORA em sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da DATA DE EMISSÃO ou da data do último pagamento de remuneração, conforme o caso, com base no último IGPM disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas com relação a esse fato. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.4. Juros Remuneratórios

Durante o “Primeiro Período de Vigência de Remuneração” de ambas as séries, as DEBÊNTURES farão jus, a partir da DATA DE EMISSÃO, a juros remuneratórios, base 360 dias corridos por ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado conforme item 4.3. retro, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

onde:

J é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa é o Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal atualizado, anteriormente descrito;

taxa é a taxa de juros fixa, expressa ao ano, definida conforme item 4.4.1 abaixo;

n é o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

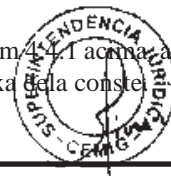
DT é o número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP é o número de dias corridos entre o último evento e a data atual;

4.4.1. Respeitados os limites estabelecidos na AGE, a remuneração definitiva das DEBÊNTURES das duas séries será determinada em processo de *bookbuilding*, devendo ser aprovada pelo Conselho de Administração da EMISSORA, em reunião, cuja ata será publicada em até 2 (dois) dias úteis após sua determinação, e deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das DEBÊNTURES, a serem publicados conforme definido no item 4.10 abaixo.



4.4.1.1. Após a fixação da taxa final conforme descrito no item 4.4.1 acima, a presente ESCRITURA será objeto de aditamento a fim de que a referida taxa dela conste.



4.4.2. Os juros remuneratórios serão pagos aos debenturistas anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 para as duas séries, e, para a 2ª série, também em 1º de novembro de 2006, observado o disposto no item 4.9.2. adiante.

4.5. Limite da Emissão

A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76, uma vez que o capital social da EMISSORA, na DATA DE EMISSÃO, era de R\$ 1.589.994.984,32 (um bilhão, quinhentos e oitenta e nove milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

4.6. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das DEBÊNTURES pelos atuais acionistas da EMISSORA.

4.7. Subscrição

4.7.1. Prazo de Subscrição

As DEBÊNTURES desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pelo CETIP.

4.7.2. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das DEBÊNTURES será o seu Valor Nominal Unitário atualizado conforme item 4.3 retro, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a DATA DE EMISSÃO ou da última data de pagamento de juros remuneratórios, conforme o caso, até a data da efetiva subscrição.

4.7.3. Integralização e Forma de Pagamento

A integralização das DEBÊNTURES será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.8. Amortizações

Não são programadas amortizações das DEBÊNTURES antes das respectivas datas de vencimento de cada série.

4.9. Condições de Pagamento

4.9.1. Pagamento do Principal e Local de Pagamento

O valor integral do principal das DEBÊNTURES será pago nas datas de vencimento das respectivas séries, ou seja, 1º de novembro de 2009 para a 1ª série e 1º de novembro de 2011 para a 2ª série. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, operacionalizado pela CETIP, para as DEBÊNTURES registradas para negociação junto ao SND; (b) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLIC, para as DEBÊNTURES registradas no BOVESPA FIX; (c) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (d) na sede do BANCO ESCRITURADOR.

4.9.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados ou domingos.



4.9.3. Multa e Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das DEBÊNTURES, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.9.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta ESCRITURA, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9.5. Forma Alternativa de Recebimento

Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas VI e VII abaixo, caso decidido por debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela EMISSORA nos termos desta ESCRITURA poderá ser realizado por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os debenturistas. Com exceção do disposto nas Cláusulas VI e VII abaixo, nenhum pagamento de valores devidos pela EMISSORA nos termos desta ESCRITURA poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos debenturistas, nos termos desta Cláusula.

4.10. Comunicações

4.10.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal “O Estado de São Paulo”, na página da EMISSORA na Internet (<http://www.cemig.com.br>), bem como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Hoje em Dia”, exceção feita aos anúncios de Início e Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas na edição nacional do jornal “Valor Econômico”.

4.10.2. Endereçamento

Para EMISSORA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Av. Barbacena, 1200, Belo Horizonte, MG

CEP: 30190-131

At. João Batista Pezzini

Gerente de Financiamento de Projetos

Telefone: (31) 3299-3015

Fac-símile: (31) 3299-3790

E-mail: pezzini@cemig.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Paulista, 2439 – 11º andar

CEP: 01311-300

At. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 3061-9444

Fac-símile: (11) 3061-0964

E-mail: agfiduciario@planner.com.br



Para o BANCO MANDATÁRIO

BANCO ITAÚ S.A.
Rua Boa Vista, 185, 4º andar, São Paulo, SP
CEP: 01014-001
At. José Idelfonso Nieri
Telefone: (11) 237-1906 / 237-1905
Fac-símile: (11) 237-1917
E-mail: jose.nieri@itau.com.br

Para a CETIP

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP: 01009-000
At. Gisele Cristina Savian
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1664
E-mail: giselecristina@cetip.com.br

4.10.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.10.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela EMISSORA.

CLÁUSULA V - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as DEBÊNTURES em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios, observado o disposto no artigo 55, da LEI 6.404/76. As DEBÊNTURES objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

5.2. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA, do seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das DEBÊNTURES nas respectivas datas de vencimento;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA ou por qualquer uma de suas Controladas e/ou subsidiárias (as “SUBSIDIÁRIAS”), se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

penal de concordata preventiva ou falência formulado pela EMISSORA ou por qualquer uma de suas SUBSIDIÁRIAS;



- d) extinção, dissolução ou decretação de falência da EMISSORA ou de qualquer de suas SUBSIDIÁRIAS;
- e) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, incluindo a não publicação das condições de repactuação a que se refere o item 4.2, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- f) se a EMISSORA (ou qualquer uma de suas SUBSIDIÁRIAS) deixar de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela EMISSORA (ou qualquer uma de suas SUBSIDIÁRIAS) segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- g) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA (ou qualquer uma de suas SUBSIDIÁRIAS) em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA previstas nesta ESCRITURA;
- h) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a EMISSORA e/ou seus ativos, exceto se essa reorganização societária ocorra respeitado o disposto na Cláusula XI desta ESCRITURA;
- i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela EMISSORA e/ou por qualquer uma de suas SUBSIDIÁRIAS; ou
- j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, conforme estabelecido na Cláusula VI abaixo.

5.2.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos mencionados em 5.2 acima, exceto em casos de não pagamento do principal ou juros das DEBÊNTURES, extinção, dissolução ou decretação de falência da EMISSORA, a EMISSORA poderá convocar Assembléia Geral de Debenturistas nos termos do item 10.1 abaixo para solicitar a renúncia dos debenturistas do direito de declarar as Debêntures antecipadamente vencidas. A renúncia de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado deverá ser aprovada por debenturistas representando dois terços das Debêntures em circulação, reunidos na Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela EMISSORA para este fim. Em caso de aprovação da renúncia pelos debenturistas, a EMISSORA deverá resgatar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembléia Geral de Debenturistas, as Debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a respectiva renúncia, pelo seu valor nominal atualizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*.

CLÁUSULA VI - MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO - PODER LIBERATÓRIO

- 6.1. Na hipótese de não pagamento pela EMISSORA de qualquer valor devido com relação às DEBÊNTURES ou nos termos desta ESCRITURA nas respectivas datas de vencimento e sem prejuízo do disposto nos itens 4.4 - Juros Remuneratórios e 4.9.3 - Multa e Encargos Moratórios, todo e qualquer valor devido em razão das DEBÊNTURES, incluindo, sem limitação, Juros Remuneratórios e/ou multa e demais encargos moratórios, vencidos e não pagos pela EMISSORA, nas datas estabelecidas nesta ESCRITURA, terão PODER LIBERATÓRIO e poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela EMISSORA, mediante dação em pagamento pelos debenturistas do crédito representado pelos valores devidos em razão das DEBÊNTURES, incluindo, sem limitação, Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios, se aplicável, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela EMISSORA.
- 6.2. Os debenturistas que, nos termos do item 7.1 abaixo, notificarem o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre sua intenção de utilizar o PODER LIBERATÓRIO, estarão automaticamente isentando o AGENTE FIDUCIÁRIO da obrigação de iniciar os procedimentos necessários para a execução das DEBÊNTURES e os demais procedimentos previstos no artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83, sem prejuízo, no entanto, dos direitos destes debenturistas caso o PODER LIBERATÓRIO não seja utilizado com relação à liquidação das DEBÊNTURES por eles detidas, ou não seja suficiente para a liquidação de todas as DEBÊNTURES destes debenturistas.



- 6.3. O cálculo diário do Valor Nominal Unitário das DEBÊNTURES acrescido dos Juros Remuneratórios e da multa e demais encargos moratórios, para fins de dação em pagamento, será efetuado pelo BANCO MANDATÁRIO, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e pela EMISSORA, e informado, pelo BANCO MANDATÁRIO, nessa mesma data, à EMISSORA, à CETIP, à CBLC e ao AGENTE FIDUCIÁRIO. O cálculo, a retenção e o recolhimento do imposto de renda devido pelo debenturista deverão observar os termos da lei.

CLÁUSULA VII. - PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO PODER LIBERATÓRIO

- 7.1. Em caso de não pagamento pela EMISSORA de qualquer valor devido com relação às DEBÊNTURES ou nos termos desta ESCRITURA nas respectivas datas de vencimento, o mecanismo de PODER LIBERATÓRIO aqui previsto poderá ser utilizado pelos debenturistas. Os debenturistas/ consumidores da EMISSORA poderão dirigir-se à sede da EMISSORA, na Av. Barbacena, 1.200, 5º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Gerência de Gestão de Receitas (tel: (31) 3299-4278/3349-3218), em horário comercial, munidos do(s) original(is) da(s) fatura(s) e/ou conta(s) de consumo que serão liquidadas, juntamente com o extrato comprovando a titularidade das DEBÊNTURES em duas vias (o “EXTRATO”) de suas DEBÊNTURES emitido pelo BANCO MANDATÁRIO conforme disposto no item 7.2 abaixo, e deverão imediatamente comunicar formalmente o AGENTE FIDUCIÁRIO a respeito de sua intenção de utilizar o PODER LIBERATÓRIO.
- 7.1.1. Na hipótese do valor da totalidade das DEBÊNTURES detidas por um debenturista não ser suficiente para pagamento do valor total do débito representado pelas contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela EMISSORA, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque à EMISSORA.
- 7.1.2. Caso o valor da totalidade das DEBÊNTURES detidas por um debenturista seja superior ao valor total do débito representado pelas contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela EMISSORA, o debenturista deverá utilizar o mecanismo descrito nesta Cláusula VII com relação a cada DEBÊNTURE por ele detida até que o valor total destas DEBÊNTURES seja igual, inferior (observado o item 7.1.1 acima) ou superior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica faturada, preservando integralmente todos os seus direitos com relação às DEBÊNTURES que não foram utilizadas nos termos desta Cláusula VII.
- 7.1.3. Caso um debenturista utilize ou detenha uma única DEBÊNTURE e o valor do débito, total ou remanescente (na hipótese prevista no item 7.1.2 acima), for menor que o valor dessa DEBÊNTURE, e somente nesta hipótese, este debenturista terá a opção de utilizar o mecanismo descrito nesta Cláusula VII com relação a essa DEBÊNTURE até o valor do débito, preservando integralmente todos os seus direitos com relação ao saldo remanescente desta DEBÊNTURE, os quais deverão ser objeto de documento separado, assinado pela EMISSORA, pelo debenturista e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, no qual a EMISSORA reconhecerá o valor devido e permitirá a compensação desse valor com contas futuras de fornecimento de energia elétrica que venham a ser faturadas pela EMISSORA contra esse debenturista.
- 7.2. Para fins utilização do mecanismo do PODER LIBERATÓRIO, os debenturistas deverão solicitar ao BANCO MANDATÁRIO a emissão do EXTRATO. Mediante a emissão do EXTRATO, as DEBÊNTURES objeto do EXTRATO serão retiradas do CETIP e/ou da CBLC, observado onde as DEBÊNTURES estejam registradas, e passarão a ser escrituradas unicamente pelo BANCO ESCRITURADOR.
- 7.3. Mediante aplicação dos procedimentos previstos no item 7.1 acima, a EMISSORA deverá quitar as faturas e contas de consumo recebidas e informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO o total de DEBÊNTURES objeto de dação em pagamento, o nome dos debenturistas que fizeram uso do PODER LIBERATÓRIO e as faturas e contas de consumo utilizadas para tanto.
- 7.4. O AGENTE FIDUCIÁRIO será responsável pela coleta e centralização das informações encaminhadas pela EMISSORA, conforme previsto no item 7.3 acima, e deverá consolidar essas informações em relatório que deverá ser enviado ao BANCO MANDATÁRIO e à EMISSORA. Com base nas informações prestadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o BANCO MANDATÁRIO deverá transferir para a EMISSORA as DEBÊNTURES objeto de utilização do PODER LIBERATÓRIO por parte dos debenturistas. As DEBÊNTURES recebidas pela EMISSORA como dação em pagamento nos termos desta Cláusula VII deverão ser imediatamente canceladas.



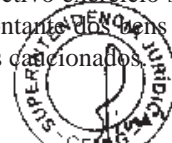
- 7.5. Observado os procedimentos acima estabelecidos, as instituições autorizadas (nesta data, ou que venham a ser no futuro) a receber o pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica emitidas pela EMISSORA, conforme convênios de arrecadação celebrados com a EMISSORA (os “AGENTES ARRECADADORES”), também poderão utilizar o PODER LIBERATÓRIO das DEBÊNTURES de sua titularidade para liquidar junto à EMISSORA as obrigações desses AGENTES ARRECADADORES decorrentes do repasse à EMISSORA dos valores referentes a contas de fornecimento de energia elétrica da EMISSORA que tiverem sido pagas por consumidores da EMISSORA junto aos AGENTES ARRECADADORES nos termos dos respectivos convênios de arrecadação, independentemente desses valores terem sido pagos pelos consumidores em moeda corrente nacional, cheque, ou qualquer outro meio de pagamento.
- 7.6. A EMISSORA autoriza ainda as instituições financeiras que sejam (ou venham a ser no futuro) AGENTES ARRECADADORES, a utilizar o PODER LIBERATÓRIO das DEBÊNTURES por meio de débito dos saldos existentes nas contas-arrecadação da EMISSORA mantidas junto a essas instituições financeiras, para receber os créditos referentes às contas e faturas de fornecimento de energia elétrica no valor das DEBÊNTURES de titularidade dessas instituições financeiras no momento da utilização do PODER LIBERATÓRIO, sem prejuízo da obrigação de entregar as DEBÊNTURES à EMISSORA conforme estabelecido no Item 7.1 acima.

CLÁUSULA VIII. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta ESCRITURA, a EMISSORA obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM Nº 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos;
- (d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- (e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.10.1;
- (f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de DEBÊNTURES;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA relativa às DEBÊNTURES, a esta ESCRITURA, ou relacionada à implementação e funcionamento do mecanismo de PODER LIBERATÓRIO, imediatamente após o seu recebimento;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência; e
- (j) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de cada exercício social, as seguintes informações com data base de 31/12 referentes ao respectivo exercício social: (i) montante das obrigações fiscais trabalhistas e previdenciárias; (ii) montante das obrigações gravadas com garantia real; e (iii) montante das duplicatas descontadas e títulos caucionados.



- 8.1.2. Proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela LEI 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.
- 8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA.
- 8.1.4. Convocar, nos termos do item 10.1 desta ESCRITURA, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça.
- 8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.
- 8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- 8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da LEI 6.404/76, quando solicitado.
- 8.1.8. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.
- 8.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.
- 8.1.10. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA.
- 8.1.11. Não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da LEI 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às DEBÊNTURES objeto desta ESCRITURA, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.
- 8.1.12. Adquirir, caso haja mudança de controle acionário da EMISSORA, as DEBÊNTURES desta emissão que estiverem em circulação, à opção dos debenturistas que não aceitarem permanecer como debenturistas da EMISSORA após a alteração de seu controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos debenturistas através de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, definido com data de assinatura do contrato de compra e venda, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos no mesmo. A aquisição pela EMISSORA das DEBÊNTURES deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data da manifestação dos debenturistas. Para efeito do disposto neste item, entende-se como mudança de controle acionário a alienação pelo atual controlador da EMISSORA, Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, de 51% de ações votantes da EMISSORA.
- 8.1.13. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.
- 8.1.14. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e a ESCRITURA, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA perante a comunhão de debenturistas.
- 8.1.15. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da EMISSORA, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.



Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.



- 8.1.17. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais.
- 8.1.18. Enquanto as DEBÊNTURES existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data do presente, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente.
- 8.1.19. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.
- 8.2. A EMISSORA deverá, ainda, depositar a totalidade dos recursos obtidos com a emissão das DEBÊNTURES em uma conta específica aberta junto a uma instituição financeira de primeira linha a ser informada ao AGENTE FIDUCIÁRIO anteriormente ao início da colocação pública das DEBÊNTURES (a “**CONTA DE ACOMPANHAMENTO**”).
- 8.2.1. A EMISSORA deverá encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, até o 10º dia útil de cada trimestre a contar da Data de Emissão, extrato da CONTA DE ACOMPANHAMENTO demonstrando as movimentações ocorridas durante o trimestre anterior acompanhado de relatório sobre estas movimentações evidenciando a utilização dos recursos desta emissão nas finalidades descritas no item 3.4 acima.
- 8.2.2. Os extratos da CONTA DE ACOMPANHAMENTO e os respectivos relatórios serão mantidos à disposição dos debenturistas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.
- 8.2.3. Os recursos depositados na CONTA DE ACOMPANHAMENTO deverão ser utilizados exclusiva e unicamente para realização dos investimentos descritos no item 3.4 da Cláusula III acima.

CLÁUSULA IX. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia o AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta ESCRITURA, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente ESCRITURA, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das DEBÊNTURES.

9.2. Declaração

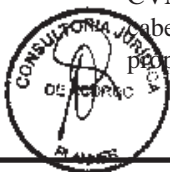
O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente ESCRITURA, declara:

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da LEI 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM Nº 28, de 23.11.1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta ESCRITURA;
- (c) aceitar integralmente a presente ESCRITURA, todas as suas cláusulas e condições; e
- (d) estar ciente dos termos da Circular nº 1832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

9.2.2. A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.3. Substituição

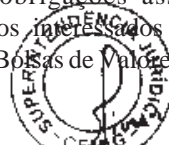
9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação. A remuneração do novo AGENTE FIDUCIÁRIO será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo AGENTE FIDUCIÁRIO.



- 9.3.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta ESCRITURA, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.3.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM Nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.
- 9.3.5. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente ESCRITURA, que deve ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente ESCRITURA.
- 9.3.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente ESCRITURA ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- 9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.
- 9.4. **Deveres**
- 9.4.1. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:
- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das DEBÊNTURES;
 - (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
 - (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
 - (j) examinar, a alteração do estatuto da EMISSORA que objetive mudar o objeto da EMISSORA, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da LEI 6.404/76, a alteração proposta;
 - (k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA efetua suas publicações;



- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da LEI 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mercado;
 - (m.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das DEBÊNTURES realizado no período, bem como aquisições e vendas de DEBÊNTURES efetuadas pela EMISSORA;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - (m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e
 - (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
- (n) colocar o relatório de que trata o inciso “m” à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - (n.1) na sede da EMISSORA;
 - (n.2) no seu escritório ou, quando se tratar de Instituição Financeira, no local por ela indicado;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - (n.5) Na instituição financeira que liderou a colocação das DEBÊNTURES.
- (o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso “n”;
- (p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- (q) coordenar o sorteio das DEBÊNTURES a serem adquiridas;
- (r) administrar os recursos oriundos da emissão das DEBÊNTURES na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da LEI 6.404/76;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados os mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM e às Bolsas de Valores, quando for o caso;



- (u) verificar a regularidade do funcionamento do Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, conforme previsto na Cláusula VI desta ESCRITURA, devendo intimar a EMISSORA a sanar os problemas eventualmente detectados; e
- (v) verificar a correta utilização dos recursos obtidos com a emissão das DEBÊNTURES, mantidos na CONTA DE ACOMPANHAMENTO, conforme disposto no item 8.2 e seguintes desta ESCRITURA.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) declarar, observadas as condições da presente ESCRITURA, antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- (c) requerer a falência da EMISSORA se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- (e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

9.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das DEBÊNTURES em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das DEBÊNTURES em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” do *caput* deste item.

9.6. Remuneração

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela 05 (cinco) dias após a data da concessão do registro pela CVM;
- b) As parcelas referentes ao item “a” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do IGPM, acumulado no respectivo período;
- c) A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- d) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do AGENTE FIDUCIÁRIO, bem como a participação do AGENTE FIDUCIÁRIO em assembleias e/ou reuniões de debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do AGENTE FIDUCIÁRIO;
- e) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas, da própria Assembléia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria fiscalizadora, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;



- f) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidos pela EMISSORA. Tais despesas, a serem adiantadas pelos debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer inadimplente por período superior a 60 (sessenta) dias.

9.7. Despesas

- 9.7.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 9.7.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.
- 9.7.3. No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 9.7.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 9.7.5. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das DEBÊNTURES, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X. - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação, ou pela CVM.



10.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das DEBÊNTURES ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada DEBÊNTURE caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das DEBÊNTURES, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de remuneração, repactuação e pagamento, previstas nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.9, deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das Debêntures em circulação. A liberação da EMISSORA de obrigações e situações de vencimento antecipado previstas nas Cláusulas 8.1, 8.2 e XI desta ESCRITURA deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das DEBÊNTURES em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as DEBÊNTURES que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de coligadas, controladas, controladores, diretores, conselheiros ou administradores da EMISSORA, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.

CLÁUSULA XI. – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

11.1. A EMISSORA desde de já se obriga, por si e por suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, até que findo o prazo de vencimento das DEBÊNTURES de ambas as séries, a não realizar qualquer operação envolvendo a cisão, fusão, dissolução, transformação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária com relação à EMISSORA ou suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, exceto se, cumulativamente:

- (i) a(s) pessoa(s) jurídica(s) que resulte(m) desse processo de reorganização societária seja(m) sociedade(s) coligada(s) ou controlada(s), direta ou indiretamente, pela EMISSORA, constituída(s) na forma de sociedade(s) anônima(s) ou sociedade(s) por quotas de responsabilidade limitada, devidamente existente(s) e organizada(s) de acordo com as leis do Brasil (“NOVA(S) SOCIEDADE(S)”); e
- (ii) a(s) NOVA(S) SOCIEDADE(S) afiance(m) de forma conjunta e solidária, todas as obrigações da EMISSORA com relação a presente emissão pública, constantes ou decorrentes desta ESCRITURA e das DEBÊNTURES, e autorize(m) que as DEBÊNTURES tenham PODER LIBERATÓRIO com relação às contas de fornecimento de energia elétrica que passem a ser faturadas por essa(s) NOVA(S) SOCIEDADE(S) nos mesmos termos das Cláusulas VI e VII desta ESCRITURA, mediante celebração de aditivo à presente ESCRITURA em forma e substância aceitáveis ao AGENTE FIDUCIÁRIO, aditivo este que deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Imóveis e na CVM, às expensas exclusivas da EMISSORA ou da(s) NOVA(S) SOCIEDADE(S); e
- (iii) ficar evidenciado que essa reorganização societária não resultou ou irá resultar em inadimplemento de qualquer natureza por parte da EMISSORA e/ou de suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, inclusive da(s) NOVA(S) CONTROLADA(S), inclusive com relação à qualquer obrigação constantes ou decorrentes desta ESCRITURA e das DEBÊNTURES; e
- (iv) o patrimônio líquido consolidado da EMISSORA após a realização da respectiva reorganização societária não seja inferior ao seu patrimônio líquido consolidado anterior à reestruturação societária.

11.3. A obrigação prevista nesta Cláusula XI deverá constar em eventual edital de venda do controle acionário da EMISSORA, suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas.



11.4. Não obstante o disposto nos itens 11.1 e 11.2 desta Cláusula XI, a EMISSORA (ou qualquer uma de suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas) poderá, antes de findo o prazo de vencimento das DEBÊNTURES de ambas as séries, realizar operações envolvendo a cisão, fusão, dissolução, transformação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária da EMISSORA ou de suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, caso no mínimo 2/3 das DEBÊNTURES em circulação aprovarem essa reorganização societária, conforme deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas específica, observado o disposto no artigo 124 da LEI 6.404/76 e nas demais disposições aplicáveis desta ESCRITURA.

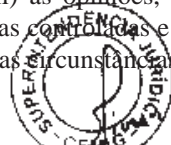
CLÁUSULA XII. - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (c) esta ESCRITURA constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (d) A celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

12.2. A EMISSORA neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade de economia mista;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta ESCRITURA têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta ESCRITURA e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta ESCRITURA foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta ESCRITURA não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão administrativa ou sentença judicial que afete a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta ESCRITURA constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da EMISSORA, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas previstas na Cláusula VIII acima;
- (g) os Prospectos Preliminar e Final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o “Prospecto”) contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas, no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) conclusões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base



em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros, corretos e completos;

- (h) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 31 de dezembro de 2000 e as Informações Trimestrais de 30 de junho de 2001, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas nestas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

12.2.1. A EMISSORA obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os debenturistas, o AGENTE FIDUCIÁRIO e os bancos coordenadores desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e pelos bancos coordenadores desta Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

12.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 12.2.1 acima, a EMISSORA compromete-se a notificar imediatamente aos debenturistas e ao AGENTE FIDUCIÁRIO caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XIII. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente ESCRITURA. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nº em constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta ESCRITURA, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente ESCRITURA, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 4 de outubro de 2001.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

Nome:

Cargo:

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor de Finanças
e Participações

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome:

Cargo:

Antônio Martins Eugênio
Promotor

Nome:

Cargo:

Viviane A. R. dos Santos
Promotora

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Marcelo T. L. Gomes
Marcelo T. L. Gomes
204 021346-15

Nome:

CPF:

Joaquim Batista
JOAQUIM BATISTA
262931176/53

